

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

### **1. INTRODUÇÃO**

1.1. Este documento apresenta os estudos técnicos preliminares, na forma do Artigo 18, inciso I da Lei Federal nº 14.133, onde será avaliada a futura contratação, demonstrando os elementos e as informações essenciais que servirão para a elaboração do Termo de Referência, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Palmares/PE.

### **2. OBJETO**

2.1. Constitui como objeto do presente estudo técnico a pretensa contratação de empresa para prestação de serviço de filmagem, armazenamento e transmissão das seções, ordinárias e extraordinárias demais eventos realizados pela Câmara Municipal de Vereadores de Palmares, visando garantir a publicidade, a transparência e a preservação da memória institucional.

### **3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A necessidade da contratação está solidamente ancorada no princípio constitucional da publicidade dos atos públicos (Art. 37, caput, da CF/88) e na necessidade de preservação da memória institucional do Poder Legislativo Municipal. A filmagem, transmissão e disponibilização das sessões e eventos são essenciais para Garantir a Transparência, permitindo que o cidadão acompanhe em tempo real ou sob demanda as discussões, votações e deliberações dos Vereadores, fortalecendo o controle social e a participação popular. Além disso, é fundamental para Preservar a Memória, criando um acervo digital organizado e acessível do histórico legislativo e das atividades da Casa, servindo como fonte de pesquisa e prova documental, e para Atender a Requisitos Legais, cumprindo as exigências de publicidade e registro dos atos legislativos, conforme regimento interno e legislação aplicável. A Câmara Municipal necessita de um serviço especializado que garanta a qualidade técnica da filmagem (áudio e vídeo), a transmissão ao vivo e, crucialmente, o armazenamento seguro e organizado de todo o material em plataforma acessível, assegurando a perenidade e a integridade dos dados.

### **4. ALINHAMENTO AOS PLANOS DA ADMINISTRAÇÃO**

4.1. A futura contratação do objeto possui pertinência com o alinhamento dos objetivos da Câmara Municipal de Vereadores de Palmares – PE, garantindo a contratação de empresa para a filmagem, gravação, transmissão e o armazenamento das Seções Ordinárias, Extraordinárias e demais Eventos, a fim de atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores dos Palmares/PE, promovendo a publicidade e transparência nas deliberações da Câmara Municipal de Vereadores.

4.2. A contratação pretendida está de acordo com o planejamento da administração, considerando a essencialidade dos serviços, que responda com rapidez aos novos requisitos de uma gestão voltada para a transparência dos atos praticados.



4.3. Por entender que os serviços a serem contratados são de necessidade primária, e de fundamental importância, pois sem a realização desses serviços os atos da administração ficarão à mercê de futuras diligências dos Tribunais, do Ministério Público e de qualquer órgão executor e fiscalizador dos governos Estadual e Federal.

4.4. A solução pretendida contribuirá para a continuidade das ações de fiscalização e manutenção das atividades, alcançando a manutenção dos serviços prestados pela casa legislativa, pois, conforme motivações descritas no item 3 deste ETP, os serviços são necessários para auxílio e pela necessidade de manter os serviços essenciais da casa legislativa.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. As características e especificações do objeto da referida contratação são:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	A contratação de empresa para a filmagem, gravação, transmissão e armazenamento das Seções Ordinárias, Extraordinárias e demais Eventos, a fim de atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores dos Palmares/PE, promovendo a publicidade e transparência nas deliberações da Câmara Municipal de Vereadores.	Mês	12

5.2. O prazo máximo para início da prestação do serviço do objeto da contratação, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas no Art. 92, inciso VII da Lei Federal nº 14.133/2021, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato:

Início: até 03 (três) dias contados da assinatura do contrato.

Conclusão: 31 de dezembro de 2025.

5.2.1. O prazo de vigência do presente contrato será determinado: até 31 de dezembro de 2025 a partir da data de assinatura do contrato.

5.2.2. O respectivo contrato poderá ser prorrogado, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme artigo 107, respeitados os limites legais.

5.3. O serviço a ser contratado, para o caso das atividades decorrentes a serem desenvolvidas pela administração, é considerado continuado, pois visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das ações programadas, de modo que sua interrupção na forma como se apresenta, pode comprometer a devida prestação dos serviços.

5.4. A contratação do serviço, objeto deste estudo preliminar, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133/2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.



### **5.5. Os serviços descritos compreendem:**

**5.5.1. Filmagem e Gravação:** Captura de áudio e vídeo em alta definição (Full HD ou superior) de todas as Seções Ordinárias, Extraordinárias e Eventos Institucionais, com equipe técnica e equipamentos adequados (câmeras, microfones, iluminação).

**5.5.2. Armazenamento e Gestão do Acervo:** Disponibilização de plataforma para armazenamento seguro, indexação e gestão do acervo digital, garantindo a acessibilidade e a busca facilitada pelo público e pela administração.

**5.5.3. Transmissão da Cessão:** Transmissão da cessão legislativa com qualidade.

## **6. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PRETENDIDA E O DIMENSIONAMENTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

6.1. As ações do Poder Legislativo contemplam várias atividades administrativas, legislativas, fiscalizatórias, de assessoria dentre outras. A contratação é de extrema importância para que de uma forma ampla, possa dar mais transparência e acessibilidade a administração pública, por meio da contratação de serviço especializado de filmagem, armazenamento e transmissão, é fundamental para preservar a memória, criando um acervo digital organizado e acessível do histórico legislativo e das atividades da Casa, servindo como fonte de pesquisa e prova documental, e para Atender a Requisitos Legais.

6.2. A futura contratação tem como objetivo a prestação de serviço de filmagem, gravação, edição e armazenamento das Seções Ordinárias, Extraordinárias e demais Eventos, para garantir o acesso à informação, a transparência e a preservação da memória da Câmara Municipal de Vereadores de Palmares.

## **7. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

7.1. A pesquisa de preços deverá ser efetuada com base em contratações similares feitas por outras entidades, por meio de consultas aos respectivos sistemas de gestão dos órgãos fiscalizadores, com o intuito de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da administração e as identificadas, quando possível e consideradas viáveis, foram incorporadas na contratação em análise.

7.2. Com base nos custos para execução do objeto da contratação em tela, guardadas as suas características e particularidades, obtidos mediante consulta efetuada no site <https://pncp.gov.br>, bem como, preço de referência deste órgão e em outros órgãos públicos, para atividades similares, que deverão ser anexadas ao Termo de Referência.

7.3. A contratação sob comento será custeada com recursos do erário público municipal, consignada no Orçamento do Exercício vigente.

7.4. Para fins de estabelecer o valor de referência se utilizará de contratos já executados com o objeto semelhante, (inciso II, Art. 23 da lei Federal nº 14.133/2021), cujo valor foi devidamente estipulado com a base de pesquisa.

## 8. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

8.1. A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensa: prestação de serviço de filmagem, gravação, edição e armazenamento das Seções Ordinárias, Extraordinárias e demais Eventos.

8.2. A contratação será efetivada através de Dispensa de licitação, processada conforme o Artigo 75, inciso II:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras. Atualizado, **DECRETO Nº 12.343, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024.**

## 9. ESTIMATIVAS PRELIMINARES DOS PREÇOS

9.1. Nos termos da norma vigente deverá fazer parte da instrução do procedimento, na forma de anexo, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, devendo ser indicado, ainda, o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme Artigo 12, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto no mesmo diploma legal.

9.2. A obtenção dos preços deverá observar o regramento estabelecido no art. 23 da Lei de Licitações nº 14.133/21.



## **10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A contratação é de extrema importância para que de uma forma ampla, possa dar mais transparência e acessibilidade a administração pública, por meio da contratação de serviço especializado de filmagem, gravação, transmissão e armazenamento, promovendo uma gestão mais transparente, participativa e moderna.

Note-se que tal serviço é caracterizado como continuado por sua especificidade e habitualidade, ou seja, em virtude das demandas recorrentes de registro, disponibilização e transmissão das sessões e eventos institucionais.

## **11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

11.1. De acordo com a legislação vigente, é obrigatório o parcelamento quando o objeto da contratação tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado.

11.2. Compras, obras ou serviços efetuados pela administração serão divididos em tantos itens, parcelas e etapas que se comprovem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem prejuízo da economia de escala.

11.3. No presente caso, o parcelamento não se aplica, visto que o objeto, a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de filmagem, gravação, edição e armazenamento das Seções Ordinárias, Extraordinárias e demais Eventos, configura um conjunto técnico e funcionalmente integrado. Sua execução exige uniformidade e continuidade na prestação do serviço (desde a captação até o armazenamento), tornando inviável a divisão sem comprometer a eficiência e a uniformidade da solução contratada.

11.4. Nesse sentido, a presente contratação será efetivada por dispensa.

## **12. RESULTADOS PRETENDIDOS**

12.1. A administração almeja com a contratação da pretensa solução, buscando desenvolver as ações pretendidas, levando em conta a economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos serviços e financeiros disponíveis.

12.2. Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo-benefício, se apresenta que a junção dos serviços que serão prestados, comprovando assim, que será econômico para a Câmara de Vereadores.

12.3. Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público.

12.4. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis.

12.5. Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos serviços e financeiros, com a contratação em análise, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, serviços e financeiros para outras atividades fins da administração.

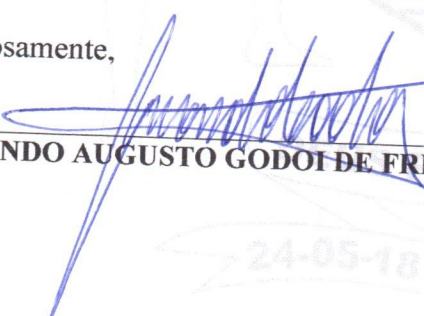
12.6. Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

### 13. CONCLUSÃO

14.1. Com base nas especificações e requisitos da solução escolhida que melhor atende aos interesses e as necessidades da administração, bem como considerando os elementos obtidos nos estudos preliminares realizados, avalia-se viável a contratação pretendida.

Palmares - PE, 03 de novembro de 2025.

Atenciosamente,



FERNANDO AUGUSTO GODOI DE FREITAS SOUZA E SILVA